

Voto n.º 48/XIII

De apelo à democracia, à paz e ao diálogo no espaço geopolítico do
Mediterrâneo

O dia 21 de março é, desde 2008, o Dia do Mediterrâneo. Em 2016, esta data é dedicada *a todos os povos do Mediterrâneo: aos que escapam, aos que procuram asilo, aos deslocados no seu próprio país, mas também aos que recebem esses exilados.*

Os Deputados Signatários, membros das delegações da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo e Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, congratulam-se com a participação do Parlamento português neste espaço de diálogo entre os parlamentares de ambas as margens deste Mar.

Tradicional e historicamente, o Mediterrâneo tem sido um espaço de diálogo, de comércio, de intercâmbio cultural e de cooperação. Foi e continua a ser a principal via de comunicação entre os continentes Europeu e Africano. Lugar de muitas rotas que é, por isso, hoje, uma das rotas escolhidas por quem procura escapar da guerra e da fome, e por quem é forçado a deslocar-se do seu país e do seu continente para sobreviver. Mais do que nunca, para que não se repitam as tragédias humanitárias de que tem sido palco, é urgente o renascimento de uma verdadeira comunidade mediterrânica, criadora de uma "onda" de solidariedade que tenha a energia suficiente de unir as margens deste Mar.

Assim, a Assembleia da República reunida em Plenário decide:

1 – Apelar a que as transformações políticas e sociais a levar a cabo no sul do Mediterrâneo, apostando na juventude, na criação de emprego e na valorização do papel das Mulheres, tendam a ampliar o espaço de liberdade, de diálogo, de paz e de desenvolvimento;

2 – Apelar a que os Estados do Norte do Mediterrâneo concretizem um efetivo apoio ao crescimento e ao emprego, na tradição do diálogo e da cooperação, prevenindo as deslocções forçadas e os riscos de vida que têm levado a mortes que nos devem indignar a todos;

3 – Apelar às Assembleias Parlamentares que unem os representantes das duas margens do Mediterrâneo para que possam não só desempenhar um papel ativo e concreto na resolução das questões que obrigam à deslocação forçada das populações, como também apoiar o desenvolvimento das instituições democráticas e a salvaguarda dos Direitos Humanos.